



BARUERI/SP

Vigilantes pela Democracia: o compromisso da segurança privada com a sociedade

REPRODUÇÃO



Diante da escalada autoritária pela qual passa o país e das inúmeras tentativas do governo Jair Bolsonaro de desestabilizar as instituições os Vigilantes pela Democracia reafirmam o compromisso dos trabalhadores da segurança privada com as instituições, com as liberdades individuais e com os direitos fundamentais, que são pilares da democracia.

O Brasil é um país com uma democracia jovem, conquistada com muita luta por brasileiros corajosos, mas o Bolsonaro flerta com o autoritarismo, com o fascismo e traz de volta o fantasma da ditadura.

Por isso, defender a democracia é um dever de todos.

É importante que as instituições reafirmem sua posição de apoio ao sistema eleitoral brasileiro, que há anos garante eleições limpas e transparentes, além do direito de cada

cidadão escolher seus representantes.

Não precisamos armar a população e nem podemos aceitar que alguém, por mais alto que seja o cargo que ocupe, estimule conflitos entre os brasileiros.

O momento é de luta contra dois inimigos em comum: a fome e o desemprego.

Esse é o momento de combater a inflação, a alta do combustível, do gás, dos alimentos.

É hora de garantir comida na mesa.

Os Vigilantes pela Democracia reafirmam sua confiança no Supremo Tribunal Federal (STF), o guardião da Constituição, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Congresso, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na imprensa livre, nos sindicatos, nos partidos políticos, nas universidades, enfim, em todas as instituições e agremiações que constituem os pilares do nosso país.

E defendem que, se por ventura houver indivíduos maculando essas instituições, que sejam purgados e que as instituições e suas diretrizes sejam preservadas.

Vigilantes pela Democracia é uma iniciativa do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, presidido por Amaro Pereira.

FONTE: CUT - Escrito por: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

Dia do vigilante reconhece a importância da categoria

Data foi aprovada no governo dos trabalhadores

DIVULGAÇÃO



Foi celebrado nesta segunda-feira, 20, o Dia Nacional do Vigilante. A data, estabelecida em 2015, durante o governo dos trabalhadores, reconhece importância da categoria para o país.

A proposta de criar o Dia do Vigilante nasceu pelas mãos do senador Paulo Paim e do deputado federal Paulo Pimenta, ambos do PT/RS, e foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff.

A ideia remonta o dia 20 de junho de 1983, quando foi aprovada a Lei 7.102/1983, que regulamentou a profissão de Vigilante e tem como objetivo valorizar a profissão e os profissionais que todos os dias estão na linha de frente, protegendo bens e pessoas, muitas vezes com a própria vida.

Mas, para o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira, há pouco a se comemorar.

“Infelizmente a profissão não é valorizada. Faltam condições dignas de trabalho, o salário é incompatível com os riscos da atividade, falta respeito por parte de empresas e tomadores de serviço”, destaca.

Amaro lembra que o Dia do Vigilante é importante, mas, para além disso, é um convite para os vigilantes refletirem sobre a profissão.

“Só com a unidade e a participação de todos, e lutando pelos nossos direitos ao lado das entidades representativas, é que vamos obter o reconhecimento necessário que a categoria tanto precisa”, continua.

“E data poderá ser celebrada de fato quanto tivermos oportunidades de trabalho, salários dignos e respeito das empresas”, finaliza.

FONTE: CUT SP - Escrito por: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

PAGAMENTO DE PROCESSO – MULTISERV/COELBA: CHEQUE PRONTO PARA MAIS 11 COLEGAS.É CONQUISTA. É HORA DE “BOTAR A MÃO NA TAÇA”.



ATENÇÃO

A Na tarde desta terça-feira, 21, ficou pronto os cheques de mais 11 colegas ex-Multiserv que laboraram na Coelba.

A conquista foi possível através de um processo de 2011 de iniciativa do Sindicato contra a empresa quebrada Multiserv e o contratante omissor e conivente Coelba.

A luta dos colegas junto com seu Sindicato chega em boa hora para que os onze possam usufruir da sua conquista. Todos são de Salvador e RMS

Agora é só comparecer ao Sindicato, sempre das 08 às 11h, de segunda a sexta-feira.

Indispensável levar original e cópia dos seguintes documentos: RG, CPF, PIS, Comprovante de Residência e CTPS (página da foto, verso e página do contrato Multiserv). Cartão de Vacina contra a Covid também é indispensável para acesso ao Sindicato.

Se ligou?

Quem luta, CONQUISTA!

Parabéns.

Confira o processo e seu nome abaixo:

PROCESSO 494.2011.3ª

SINDVIGILANTES/BA X MULTISERV/COELBA

- ADENIEL DA SILVA SACRAMENTO
- ALBERTO DIAS DA SILVA
- ALEXANDRO NASCIMENTO DE JESUS
- ANTONIO JORGE SILVA OLIVEIRA
- BARTOLOMEU JAIR DO NASCIMENTO
- JOSE NASCIMENTO DUARTE DE ALMEIDA
- MANOEL ARCANJO GABRIEL
- MARCOS INACIO DOS SANTOS
- RAIMUNDO BORGES DA PAIXÃO SOBRINHO
- ROGERIO SANTOS PEREIRA
- SUELITON SANTOS PEREIRA

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

SINDICATO ENCAMINHA OFÍCIO À SECRETÁRIA DE SAÚDE DO DF SOLICITANDO REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE A REUNIÃO É PARA TRATAR DOS CALOTES DA IPANEMA SOBRE O REAJUSTE DA CAMPANHA SALARIAL/2022 (SALÁRIOS, BENEFÍCIOS E OUTRAS DEMANDAS)

Diante das inúmeras irregularidades que a Empresa Ipanema vem fazendo contra seus empregados, o presidente do Sindicato dos Vigilantes do DF, Paulo Quadros, encaminhou ofício à Secretária de Saúde do DF, Dr^a Lucilene Maria Florêncio de Queiroz, listando todas as irregularidades cometidas pela Empresa, dentre elas o não pagamento correto do reajuste oriundo da Campanha Salarial 2022, dentre outros problemas.

Apesar das inúmeras cobranças feitas pela Sindicato para que a Empresa cumprisse a nossa Convenção Coletiva de Trabalho, no caso a cláusula 5^a que trata do reajuste do salário, a Ipanema insiste em manter essa conduta em prejuízo



aos vigilantes.

Diante disso, solicitamos no ofício que seja realizada uma reunião da Comissão Tripartite, criada para discutir as demandas e que é composta por representantes da Secretaria de Saúde do DF, além de representantes do Sindicato e da Empresa Ipanema.

Esperamos assim, restabelecer os direitos dos vigilantes, empregados da empresa Ipanema para que tenham todas as conquistas da nossa Campanha Salarial/2022 garantidas.



NOVO PICO DA COVID-19 EXIGE CUIDADOS REDOBRADOS

Uma nova onda da COVID-19, a quarta, está assustando a todos nós e isto requer muitos cuidados. Independentemente do que dizem autoridades irresponsáveis, devemos continuar usando máscaras nos locais de trabalho e demais locais que tenham alguma aglomeração, além do distanciamento social.

Além disso, atendem para a 4ª dose da vacina, assim que chegar na sua idade. A proteção é a nossa principal arma para nos defender dos efeitos do vírus.

O Distrito Federal está entre as capitais com crescimento alarmante e a média móvel de mortes no Brasil teve alta de 47% nos últimos dias, representando 140 mortes a cada 24 horas.

COVID-19
CORONA
VIRUS



Apesar da liberação do uso de máscara pelas autoridades, não podemos nos descuidar. Os vigilantes devem continuar usando máscara e dar o exemplo como profissionais e cidadãos cientes de seus deveres na proteção e em defesa da vida.

Não se esqueçam, a vacina é fundamental para salvar vidas e amenizar os efeitos da COVID-19 nos infectados. Mantenham a sua carteira de vacinação em dia. Você protege a sua vida, a vida dos colegas e dos entes queridos.

Lucros do FGTS irão para os trabalhadores: entenda

Ao que tudo indica, os lucros do FGTS de 2021 será direcionado aos trabalhadores brasileiros. Confira aqui o que está ocorrendo!



Para aqueles que possuem uma conta ativa ou até mesmo inativa no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), existe uma surpresa chegando em relação a essa questão.

De fato, as pessoas que possuem essas contas, em tese, devem receber, até o dia 31 de agosto de 2022, a distribuição do lucro bilionário sobre o saldo mundial referente ao fundo no ano de 2021.

Além disso, vale ressaltar que o valor astronômico desse montante será divulgado pela Caixa Econômica Federal até o fim do mês de julho. Todavia, é fundamental deixar claro que a parcela a ser distribuída para a população ainda será confirmada pelo Conselho Curador do FGTS. Esse conselho, por sua vez, é formado por representantes do governo federal, trabalhadores e empresas.

Desse modo, somente no ano passado, cerca de 96% do lucro líquido referente ao fundo

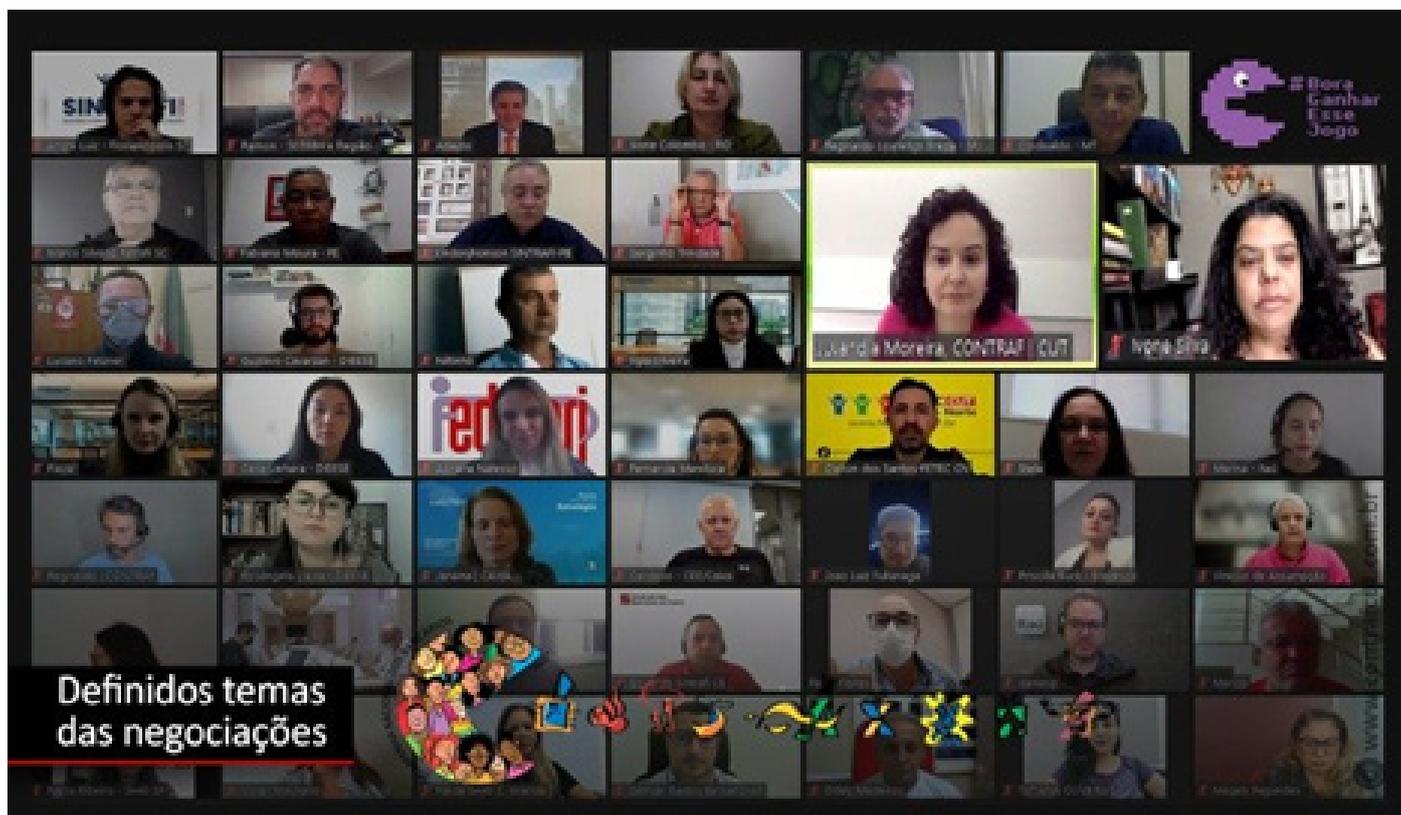
foram distribuídos para os trabalhadores, um valor de aproximadamente 8,1 bilhões de reais. Ou seja, na prática, a cada 100 reais que havia na conta do FGTS, o trabalhador recebeu cerca de 96 reais.

Por conseguinte, João Abelha Neto, dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), contou a Folha de São Paulo que o valor do fundo deste ano por ser um pouco menor devido a inflação que encontra-se acima dos 10% medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021.

Destarte, resta-nos aguardar os próximos dias e esperar o pronunciamento da Caixa Econômica Federal para saber o valor que será dividido entre os trabalhadores que possuem contas ativas ou inativas.

Fonte: Capitalist - Darlan Goulart

Bancários definem temas das negociações da campanha nacional com os bancos



O Comando Nacional dos Bancários definiu, nesta quarta-feira (22), os temas das reuniões de negociações com a Federação Nacional do Bancos (Fenaban).

“São temas centrais que englobam uma série de reivindicações da categoria. Isso contribui para organizarmos e agilizarmos as negociações”, ponderou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira. “É hora de nos mobilizarmos! E bora ganhar este jogo!”, completou.

Emprego e terceirização será o tema tratado na próxima reunião; na sequência, cláusulas sociais e segurança bancária; cláusulas sociais e teletrabalho; igualdade de oportunidades;

saúde e condições de trabalho; e duas reuniões sobre as cláusulas econômicas (veja o calendário detalhado ao final do texto).

Banco de horas negativas

Antes de entrar na pauta definida para o dia, o Comando Nacional dos Bancários reivindicou o abono das horas negativas das pessoas com comorbidade para as quais o banco não conseguiu viabilizar o trabalho remoto durante a pandemia.

“As pessoas foram afastadas por uma questão de saúde pública. Foram dois anos de pandemia e para algumas delas os bancos não conseguiram viabilizar o trabalho remoto. Isso gerou um número muito grande de horas a serem compensadas. Por mais que tenham

tentado, algumas pessoas não conseguiram compensar todas estas horas. Queremos que estas horas sejam abonadas”, explicou a presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Ivone Silva, que também coordena o Comando Nacional dos Bancários.

A Fenaban disse que, como as negociações sobre banco de horas foram realizados diretamente com os bancos, fará um levantamento sobre quais são os casos e discutirá a proposta com cada um deles.

Demissões em massa

O Comando também lembrou sobre a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) com relação à necessidade de negociações com os sindicatos antes de empresas promoverem demissões em massa.

“O Banco Mercantil do Brasil está encerrando as atividades no Rio de Janeiro e vai fechar todas as agências no estado. Pedimos que a Fenaban intermedeie negociação com o BMB, para que seja respeitada a decisão do Supremo e esta mesa de negociações”, reivindicou a presidenta da Contraf-CUT.

A Fenaban disse que recebeu ofício da Contraf-CUT com a solicitação, já está tentando agendar reunião com o banco para tratar do assunto e dará

resposta à representação da categoria até a manhã desta quinta-feira (23).

PL 1043/2019

O Comando Nacional dos Bancários também solicitou que os bancos

trabalhem no sentido de retirar na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1043/2019, que propõe a liberação da abertura de agências bancárias aos finais de semana, da pauta de votação.

“Os bancos alegam que em alguns eventos, como feiras de negócios, que ocorrem aos finais de semana, são prejudicados devido a não abertura dos bancos nesses dias. Isso não justifica o desrespeito à nossa mesa de negociações. Nunca nos negamos a negociar estes casos específicos. Inclusive existem acordos que permitem este trabalho”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT.

“Tanta coisa mais importante para ser discutida no Congresso Nacional e querem criar uma lei para um tema que é tratado em nossa mesa de negociações. Isso deve ser pauta aqui na nossa mesa, não no Congresso. Por isso, pedimos o esforço para que o mesmo seja retirado da pauta”, ressaltou.

No dia 28 de junho (terça-feira), será realizada uma audiência pública na Câmara dos Deputados para tratar do assunto, com a participação de representantes do movimento sindical bancário e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Calendário de negociações			
Segunda-feira, Emprego e Terceirização	27	de	junho
Quarta-feira, Cláusulas sociais e segurança bancária	6	de	julho
Sexta-feira, Cláusulas sociais e <u>teletrabalho</u>	22	de	julho
Quinta-feira, Igualdade de oportunidades	28	de	julho
Segunda-feira, Saúde e condições de trabalho	1	de	agosto
Quarta-feira, Cláusulas econômicas	3	de	agosto
Quinta-feira, Continuação das cláusulas econômicas	11	de	agosto

Fonte: Contraf-CUT

Arthur Lira barra tramitação do projeto do 14º salário para aposentados na Câmara

Apenas no mês de maio foram 54,5% dos reajustes perdendo da inflação e só 13,4% acima. Uma saída é tentar aumento de benefícios



Aposentados e pensionistas chegaram perto de conseguir receber um 14º salário, a ser pago por dois anos, como forma de compensar as perdas econômicas causadas pela pandemia

O Projeto de Lei (PL) nº 4367/2020, em tramitação na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Pompeo de Matos (PDT-RS), já havia sido aprovado em comissões como a de Finanças e Tributação e a de Direitos da Pessoa Idosa e Cidadania. Também já obteve parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJC).

Mas o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), aliado do governo de Jair Bolsonaro (PL), retirou o projeto de pauta e submeteu a matéria à apreciação de uma comissão especial.

“Infelizmente, agora vão enviar [o PL 4367] para várias comissões na Câmara e criar uma

comissão especial. O objetivo é não deixar votar no Congresso Nacional”, lamenta o senador Paulo Paim (PT-RS), autor de um projeto semelhante – o primeiro a propor um 14º salário para os aposentados – também em 2020.

Para o senador, “é uma falta de sensibilidade muito grande do governo não ter um olhar de proteção aos aposentados e pensionistas”.

“Os benefícios estão congelados. O aumento generalizado de preços corrói o poder de compra. Aposentados e pensionistas passaram a ajudar seus filhos e netos desempregados e, diante desta carestia, enfrentam a pandemia sem qualquer socorro do governo”, disse Paim.

O PL que garante o 14º salário aos aposentados estava tramitando em caráter conclusivo, ou seja, se a proposta fosse aprovada na CCJC seguiria diretamente para o Senado, sem passar pelo plenário da Câmara. Uma vez aprovado no Senado, bastaria a sanção do presidente da República.

No entanto, após o parecer favorável da CCJC, que considerou o projeto constitucional, a expectativa de que o projeto fosse votado nos próximos dias pelo Congresso foi frustrada por Lira.

Sem aumento real

Apesar da inflação em disparada, as aposentadorias e pensões estão sem aumento real desde que o governo Bolsonaro acabou com a política de valorização do salário mínimo pago à maioria dos aposentados e pensionistas.

O Brasil tem hoje cerca de 36 milhões de aposentados e aproximadamente 24 milhões deles ganham apenas um salário mínimo (R\$ 1.212), que não dá para comprar uma cesta básica ampliada.

Durante a pandemia esses aposentados acabaram sendo os responsáveis por manter o sustento da família, já que muitos trabalhadores perderam o emprego e a renda – se tornaram dependentes.

PL da Câmara

O adicional seria pago nos anos de 2020 e 2021 conforme previa o texto original do PL 4367. Se aprovado, o 14º poderia ser pago ainda este ano. O PL propõe o pagamento de até dois salários mínimos (um a cada ano) a título de 14º salário aos aposentados e pensionistas que recebem o piso.

Para aqueles cujos benefícios são maiores, o abono extra será de um salário base mais uma parcela adicional proporcional à diferença entre o mínimo e o teto do regime geral da previdência social (hoje de R\$ 7.087,22), contanto que não ultrapasse dois salários mínimos no total.

Fonte de recursos

A ‘barganha’ para que o projeto do deputado Pompeu de Matos fosse aprovado, seria a também aprovação de um outro PL – o 3203/2021 – que prevê a revogação de desonerações tributárias a setores como estaleiros navais, indústria cinematográfica e para importações de medicamentos, além de revogar isenção para a receita bruta da venda de gás natural canalizado e carvão mineral para produção de energia.

No entanto, apesar de ganhar a simpatia de técnicos do Ministério da Economia, a ideia foi vetada pelo governo Bolsonaro, sob a alegação de que, mesmo com fonte de recursos, o PL do 14º fere o teto de gastos.

O PL de Paim

O PL 3.657, do senador Paulo Paim, foi apresentado ainda em 2020, como forma de proteger economicamente aposentados e pensionistas no período da pandemia. “Apresentei o projeto de 14º salário para aposentados e pensionistas, que é fruto de uma proposta popular e foi capitaneado por um grupo de blogueiros. O projeto já está no plenário [do Senado] para ser votado. Depende do colégio de líderes para ser pautado”, afirmou.

Paim lembra que o 14º salário beneficiaria diretamente cerca de 40 milhões de pessoas e indiretamente 100 milhões, além de ajudar a retomada da economia. “É urgente que o 14º seja aprovado”, ressaltou o senador gaúcho.

Foto: Agência Brasil

Fonte: Andre Accarini – edição de Marize

Muniz – CUT Brasil

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF